



NOVOS CRITÉRIOS PARA O "PROVÃO"

GEORGE DE CERQUEIRA LEITE ZARUR
Consultor Legislativo da Área XV
Educação, Desporto, Bens Culturais,
Diversões e Espetáculos Públicos

ABRIL/2001

NOTA TÉCNICA

© 2001 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados o(s) autor(es) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.



Câmara dos Deputados
Praça dos 3 Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF

Esta nota técnica analisa a nova sistemática anunciada pelo MEC para o Exame Nacional de Cursos.

A principal modificação incide no critério de atribuição de notas aos diversos cursos.

O critério anterior seguia uma curva na qual, em todas as áreas do conhecimento a distribuição era, sempre, a seguinte:

1. 2% dos cursos recebiam nível A
2. 18% dos cursos recebiam nível B
3. 40% dos cursos recebiam nível C
4. 12% dos cursos recebiam nível D

O novo sistema, recentemente divulgado, não parte de uma curva de distribuição pré-estabelecida, mas atribui notas em função de sua proximidade maior ou menor às médias obtidas em cada curso. Esta distância é medida pelo desvio padrão de cada curso frente à média.

O primeiro sistema era inteiramente absurdo, uma vez que não havia, de fato, uma comparação de cursos, mas sua distribuição por uma curva aprioristicamente estabelecida.

Deste forma, ficava inteiramente comprometida a questão das diferentes situações das diversas áreas do conhecimento. Por exemplo, em uma área onde a maior parte dos cursos estivesse próxima à média, mesmo aí, 12% seriam unguídos com o nível "A" e 12% seriam estigmatizados com o nível "D". Já o nível C teria sempre 40% dos

Na situação oposta, onde a houvesse um pequeno número de cursos excelentes e uma enorme quantidade de cursos de péssima qualidade, esta variação, também, não seria aferida, persistindo a mesma distribuição anterior.

Não havia qualquer metodologia fundamentando o modelo de distribuição, ou seja, não havia qualquer justificativa racional para que 12% dos cursos fossem nível “A”, 18% nível “B” e assim por diante.

A nova fórmula de distribuição continua absurda.

De fato, pelo novo sistema, a ser implementado em Junho, embora não haja uma curva previamente determinada, sem qualquer justificativa para que assim seja, os conjunto de cursos de uma determinada área continua a ser considerado como um universo “fechado”.

A comparação, portanto, é entre os cursos da área do conhecimento, no conjunto das instituições brasileiras, e não desses cursos frente a um padrão ideal que identifique o que se espera do ensino superior naquela determinada área.

O conteúdo do exame nacional de cursos pretende refletir o conhecimento que se espera de um concluinte de um curso superior, mas a nota atribuída aos cursos continua sem espelhar se estes preparam bem ou mal aqueles que o concluem.

Assim, pelo novo critério - apenas para efeito de raciocínio pois não estamos pensando em nenhuma área específica, embora, eventualmente, pudéssemos fazê-lo - se todos os cursos de uma determinada área forem péssimos no Brasil, por padrões internacionais, nem por isto, a maior parte deixará de se aproximar da média e muitos receberão nível “A”.

Por outro lado, haverá, sempre, na distribuição pela média a tendência a que os cursos se concentrem próximos à média. Mesmo com o uso da medida estatística do desvio padrão, esta é uma tendência inevitável.

Logo, muitos maus cursos ficarão “escondidos” por sua proximidade à média. Assim, a medida tende a ter o efeito de tornar o MEC popular entre empresários do ensino superior, muitos dos quais proprietários de instituições de qualidade duvidosa.

Sem considerar aspectos que levariam a uma discussão política mais abrangente do “provão”, o correto a se fazer seria estabelecer, a partir de uma ampla consulta a especialistas de cada área, uma série de conteúdos, conhecimentos e aptidões que os diversos profissionais deveriam possuir e atribuir-se a nota ao curso, em função do desempenho dos alunos no exame elaborado a partir desses conhecimentos, conteúdos e aptidões.

Assim, todos os cursos de uma determinada área poderiam ser, teoricamente, nível A ou ter nível D, dependendo do desempenho dos estudantes no exame.

Esta seria a forma direta, sem subterfúgios, ou manipulações, para se estabelecer um ordenamento das instituições através do provão.

Há que se considerar, ainda, outros aspectos, pois este, ora discutido é, apenas, um detalhe de um problema muito maior de aplicação do modelo neo-liberal ao ensino superior brasileiro.